

Os caminhos do PRC: de Gramsci para a social democracia

Silvia de Bernardinis

Como citar: BERNARDINIS, S. Os caminhos do PRC: de Gramsci para a social democracia. *In:* DEL ROIO, M. (org.) **Trabalho, política e cultura em Gramsci: os 70 anos da morte de Gramsci**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007. p. 63-66.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2007.978-85-60810-06-2.p63-66>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Os caminhos do PRC: de Gramsci para a social democracia?

Silvia de Bernardinis

A vida e a obra de Gramsci dentro da tradição comunista italiana constituem – desde os tempos do Komintem, um legado complexo, profundo e ao mesmo tempo conflituoso e incomodo. Tanto pelos antigos dirigentes do PCI como pelos novos partidos que após a dissolução, em 1991, surgiram como seus herdeiros, a questão que se colocava era qual o Gramsci a ser apresentado. Após a morte de Togliatti – a quem devemos a divulgação massiva da obra de Gramsci – a referência a Gramsci pelos mais importantes dirigentes do PCI, tomou-se progressivamente mais uma menção ritual obrigatória do que um instrumento teórico eficaz para quem, comunista no Ocidente capitalista, afirmava a necessidade de criticar os limites e as distorções produzidas pelo “socialismo real”. De Berlinguer a Occhetto, Gramsci se transforma gradualmente de teórico do caminho italiano ao comunismo à dócil formulador de um pensamento cujas raízes parecem afundar no socialismo democrático. Lembramos aqui o caso mais emblemático, do então secretário Enrico Berlinguer, que ao lançar o projeto do eurocomunismo – que propunha uma ruptura da dependência do PCI (e mais em geral dos partidos comunistas dos países ocidentais) com a URSS, baseando-se no conceito de democracia como valor universal – apelava-se ao legado de Gramsci e sucessivamente ao de Togliatti (“democracia progressiva” como caminho ao socialismo na Itália) para chegar a justificar – no momento em que já se delineava no horizonte uma crise do bloco hegemônico pela URSS – a necessidade da presença da OTAN para defender a democracia e a construção do socialismo na Itália. Estas leituras que prendiam a obra de Gramsci dentro de uma perspectiva reformista, por outro lado, provocaram uma recusa a priori do seu pensamento por parte dos movimentos de esquerda que na década de Setenta criticavam a linha teórico-política do PCI. Com o nascimento do Partido da Refundação Comunista parecia que o pensamento de Gramsci conseguiria ser resgatado da chave de leitura que o transformava em teórico do socialismo democrático. Dos escombros das experiências fracassadas do socialismo real o PRC propunha um retorno a Marx e salvava o intelectual e dirigente comunista italiano, sublinhando – pelo menos até o V Congresso, em 2002 – a originalidade e atualidade de sua análise e, sobretudo, a radicalidade de seu pensamento. O partido assumia explicitamente a lição de Gramsci enfatizando a importância de sua contribuição para a análise concreta da sociedade italiana e, em particular, fazia própria a ideia de hegemonia, e a de revolução, vista “não apenas como simples conquista do poder político, ou do governo, mas como processo de revolucionamento que envolve o conjunto das relações sociais e de suas qualidades. Revolução como longa marcha, construção de casamatas, transformação e autotransformação”.¹ Logo após o V congresso, em 2003, o partido, impulsionado pela ação do grupo dirigente majoritário ligado a

^{*} Mestranda - USP - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Departamento de História - Curso de História Social.

¹ V Congresso Nazionale do PRC, 2002.

Fausto Bertinotti, atual Presidente da Câmara dos Deputados, acelera o ritmo de discussão e de pesquisa de novos horizontes teóricos para definir sua identidade político-cultural. A necessidade de modernização do instrumental teórico que emerge, parece, porém, propor-se de novo segundo os antigos parâmetros da história do comunismo italiano, cujos propósitos reformadores acabam produzindo projetos reformistas. Marx, Lênin e Gramsci são declarados definitivamente superados. O nascimento do Partido Democrático,² em 2007, e a necessidade de reorganizar as forças que se colocam à sua esquerda, põem em questão a própria existência do partido.

Tentaremos analisar esta questão retomando um importante ponto de ruptura dentro da história do PRC: a assunção, assim como foi formulada, da prática da não violência como valor universal, e, como seu corolário, a recusa do poder e uma tomada de distância das experiências de socialismo realizado. É possível relacionar esta mutação de identidade – que sofreu uma repentina aceleração e que foi imposta pelos vértices do partido – com um fenômeno de longa duração da história italiana que Antonio Gramsci individuava, nos *Cadernos do Cárcere*, no transformismo das elites dirigentes? A história da esquerda italiana, parte integrante da história política cultural nacional, não está isenta destas características peculiares da formação histórica italiana. Esta última etapa da história do PRC não seria parte de um processo mais amplo que aponta a extinção gradual de uma força comunista organizada na Itália? Ainda que em forte crise, as raízes comunistas construídas pelo PCI na sociedade italiana resistiram à sua dissolução e encontraram no PRC uma nova base para se reerguer. As metamorfoses do sistema político italiano, as mudanças teóricas do próprio partido parecem anunciar que o processo começado em 1991 ainda não se esgotou.

O debate sobre a não violência vem à tona e se articula em duas fases estreitamente relacionadas entre si: em 2003, o grupo dirigente majoritário do PRC promove dois seminários para discutir sua identidade e sua cultura política. O primeiro tem como objeto uma discussão sobre as “foibe”³ – historicamente uma bandeira da direita neofascista italiana, agitada, em chave chauvinista, para denunciar os “horrores” do comunismo e para legitimar e reabilitar a República Social Italiana (RSI). Objetivo deste seminário é uma releitura crítica da história do movimento comunista no século XX, em particular se individual e se critica a imagem “edulcorada” que teria sido dada, pela tradição comunista, da Resistência. O seminário se conclui com a condenação de toda e qualquer forma de violência inclusive de algumas páginas da história da Resistência contra o nazi-fascismo. Alguns meses depois, outra convenção era chamada para discutir a questão da não-violência: sob a influência do movimento neozapatista e de alguns escritos do subcomandante Marcos e do intelectual irlandês próximo ao movimento antiglobalização John Holloway, afirmava-se a necessidade de romper com a via herdada pela Revolução Russa de “tomada do poder” como momento necessário para a transformação social, isto é, questionava-se por um lado a própria natureza do poder, considerado em todas

² Resultado da fusão dos Democráticos de Esquerda, Margherita, Alleanza dei Riformisti, Itália di mezzo.

³ Foiba se traduz como fosso, é uma rachadura profunda no terreno, típica da região do Carso. Em 1941 o Terceiro Reich renuncia à anexação do território da Eslovênia que passa a ser ocupado pela Itália fascista. Entre 1943 e 1945, no contexto do fim da guerra, da derrota dos nazi-fascistas e da avançada das forças de libertação iugoslavas desencadeia-se a repressão contra os italianos que ocupavam o território. Ainda que difícil de estabelecer estatisticamente, estima-se que o número dos “infoibati” oscile entre cinco e dez mil pessoas.

as suas manifestações, como fonte de opressão; por outro lado, identificava-se, na prática da não violência, a forma de recusa mais radical das relações de produção capitalista, e o instrumento de luta mais revolucionário para combater um sistema, como o capitalista, que constrói as relações sociais e as alimenta a partir da violência. Finalmente, em 2005, estes dois elementos – crítica e condena das experiências comunistas do séc. XX e assunção da prática da não violência como princípio constitutivo e norteador do partido – se unem e são ratificados durante o VI Congresso do partido.⁴ É importante sublinhar que o contexto político e cultural em que este debate se desenvolve, é marcado por um crescente domínio da direita, no seio da sociedade italiana⁵ no plano político, social e cultural e, no campo da esquerda, pelas aproximações do PRC com os partidos de centro e centro-esquerda em vista das eleições de 2006.

Primeiramente, podemos observar que nos dois elementos relevantes de tais discussões, está presente uma assunção, não crítica, do discurso ideológico dominante: os balanços e as críticas, necessários, das experiências de construção do socialismo não se diferenciam na substância das leituras hoje hegemônicas do revisionismo histórico, acrescentando-se, para usar uma expressão de Gramsci, ao já amplo “tratado histórico de teratologia”⁶ existente. Até no léxico empregado (“horrores”, “aberrações”, “tragédias inenarráveis”),⁷ não individuamos distinções com o discurso que liquida o século passado e a história do movimento comunista como irracionais e monstruosos. Não entanto, a assimilação da equiparação da violência fascista com a violência da luta de resistência, tinha como efeito imediato no cenário político nacional a plena reabilitação da direita fascista e pós-fascista.

Sobre a questão da não violência também se percebe a assimilação de uma linguagem ditada pela ideologia dominante e largamente veiculada pelas mídias: o conceito de violência, quando não contextualizado historicamente – nos termos abstratos com que tem sido proposto – abrange como um todo indistinto as guerras imperialistas e as lutas de resistência, tanto do passado como do presente, para chegar até o terrorismo.

Se com o conceito de não violência se entende a necessidade de traçar um caminho próprio para a construção do socialismo nos países de capitalismo avançado, estaremos diante de algo não novo, já discutido e resolvido desde os tempos do próprio Gramsci, quando ele sublinhava as diferenças entre Ocidente e Oriente e a falta de condições, no Ocidente, para uma revolução que se conotasse como “assalto ao Palácio de Inverno”, a própria noção de

⁴ Pela primeira vez desde sua fundação as teses apresentadas são cinco, sinal de uma luta interna acentuada que marca a vitória da linha do secretário Bertinotti com uma estreita margem de vantagem.

⁵ O apoio à política de agressão desencadeada pelos EUA contra as populações do Oriente Médio, tanto do governo Berlusconi como do governo Prodi; o capilar crescimento da xenofobia – atrelado também ao clima ideológico promovido pelos EUA – em face da nova configuração multiétnica da sociedade italiana, em particular contra os árabes, identificados tout court como terroristas; as incessantes tentativas de mudar os fundamentos da Constituição italiana, no que diz em particular respeito aos direitos trabalhistas, empecilhos para a plena atuação das políticas econômicas neoliberais.

⁶ GRAMSCI, Antonio, *Il Materialismo Storico*, Roma, Riuniti, 1978, p. 182.

⁷ Expressões que encontramos tanto na I tese congressual do VI congresso (Uma alternativa de sociedade) apresentada pelo grupo majoritário, como em recentes entrevistas e declarações de importantes dirigentes do PRC.

“democracia progressiva” configurava-se nestes termos. Da ideia de “revolução não como simples conquista do poder político, ou do governo”, mas como conquista progressiva de casamatas, como longa marcha, inspirada em Gramsci, o partido passa a afirmar a recusa do poder e a práxis não violenta, que de fato põem em questão o próprio conceito de hegemonia: desta forma não se elide a centralidade da luta de classe? Se a assunção do princípio da não violência é um elemento tático para construir consenso em segmentos sociais e políticos anticapitalistas, mas distantes da perspectiva comunista, com certeza ele se torna um instrumento eficaz. Por outro lado, se com a recusa da tomada do poder se entende, como parte dos movimentos contra a globalização teorizam, uma postura radical contra o Estado e mais em geral contra a política, lugares de violência e de opressão, de novo não estaremos em presença de inovações teóricas, mas de uma visão que é típica do liberalismo do séc. XVIII, e que não tem em seu horizonte a transformação revolucionária.

Estas rupturas, apresentadas pelo grupo dirigente como necessárias críticas e atualizações do instrumental herdado dos teóricos clássicos do movimento comunista para adequá-lo às necessidades do novo contexto social, econômico e político, podem ser consideradas como uma abdicação gradual, progressiva e não declarada abertamente – assim como se manifestou no PCI a partir da década de Setenta – do projeto de transformação revolucionária da sociedade? Estas discussões têm provocado dentro do partido fortes divisões,⁸ acentuadas nos últimos meses pela redefinição de todo o campo da esquerda após o nascimento do Partido Democrático, que abre a hipótese de uma superação do próprio PRC.

FONTES

V CONGRESSO NAZIONALE DEL PARTITO DELLA RIFONDAZIONE COMUNISTA, 2002.

VI CONGRESSO NAZIONALE DEL PARTITO DELLA RIFONDAZIONE COMUNISTA, 2005.

REFERÊNCIAS

AGOSTI, Aldo, *Bandiere Rosse. Un profilo dei comunismi europei*. Roma, Riuniti, 1999.

AA.VV, *Il Potere, la Violenza, la Resistenza. Confronto a più voci sulle forme del conflitto politico*. Milão, Aurora, 2004.

BARATTA, Giorgio e CATONE (orgs), Andrea, *Tempi Moderni. Gramsci e la critica dell'americanismo*. Roma, Associate, 1989.

DREYFUS, Michel et altri (orgs), *Le Siècle des Communismes*. Paris, Seuil, 2000.

GRAMSCI, Antonio, *Quaderni del Carcere*, (org. GERRATANA, Valentino), Roma, Riuniti, 1978

LOSURDO, Domenico, *Antonio Gramsci dal Liberalismo al "Comunismo Critico"*, Roma, Gamberetti, 1997.

⁸ Podemos apontar como uma das mais graves consequências o recaída sob posições dogmáticas e ortodoxas.